



RACIONALIDADES GOVERNAMENTAIS E PROCESSOS BIOECOLÓGICOS NA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA entre o controle e a cidadania

*Janaina do Couto Mascarenhas**

*Andrea Kochhann Machado***

*Thiago Henrique Costa Silva****

RESUMO: O artigo analisa a segurança pública brasileira como campo marcado por tensões permanentes entre estratégias repressivas e iniciativas fundamentadas em direitos e cidadania, evidenciado pelas elevadas taxas de violência letal e pela expansão do encarceramento. Para compreender esse cenário, parte-se de três paradigmas históricos, Segurança Nacional, Segurança Pública e Segurança Cidadã, que coexistem e disputam sentidos no cotidiano institucional. O objetivo geral consiste em investigar a segurança pública como fenômeno multidimensional, atravessado por disputas políticas, sociais e institucionais. Especificamente, busca-se: a) examinar como racionalidades governamentais regem o controle e a formação de sujeitos em diferentes esferas cotidianas; e b) articular a perspectiva foucaultiana de Governamentalidade à Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner, contemplando desde interações individuais até condicionantes históricos e culturais. A originalidade reside na integração entre Governamentalidade e Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, demonstrando como decisões e valores do macrossistema reverberam nos níveis exo, meso e micro, afetando rotinas comunitárias e trajetórias individuais ao longo do tempo. Metodologicamente, trata-se de um ensaio analítico-crítico de natureza qualitativa, sustentado em revisão integrativa da literatura e análise temática de obras-chave. Os resultados indicam que a articulação entre Governamentalidade e Bioecologia constitui uma via promissora para formular políticas de segurança mais democráticas, inclusivas e sensíveis às múltiplas dimensões do desenvolvimento humano.

Palavras-chave: segurança pública; governamentalidade; prevenção da violência; desenvolvimento humano.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v9i23.341>

Recebido em 8 de novembro de 2025.

Aprovado em 2 de abril de 2026.

* Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP/GO). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1891-812X>. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8626570657684086>.

** Universidade Estadual de Goiás (UEG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6852-073X>. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9974100649588217>

*** Universidade Estadual de Goiás (UEG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2916-6587>. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0761167066175470>.

GOVERNMENTAL RATIONALITIES AND BIOECOLOGICAL PROCESSES IN BRAZILIAN PUBLIC SECURITY between control and citizenship

ABSTRACT: This article analyzes Brazilian public security as a field marked by persistent tensions between repressive strategies and initiatives grounded in rights and citizenship, evidenced by high rates of lethal violence and the expansion of incarceration. To understand this context, the study draws on three historical paradigms — National Security, Public Security, and Citizen Security — which coexist and compete for meaning within institutional practices. The general objective is to investigate public security as a multidimensional phenomenon shaped by political, social, and institutional disputes. Specifically, the study aims to: (a) examine how governmental rationalities govern control and subject formation across different spheres of everyday life; and (b) articulate Foucault’s concept of Governmentality with Bronfenbrenner’s Bioecological Theory, encompassing interactions from the individual level to broader historical and cultural determinants. The originality lies in integrating Governmentality and the Bioecological Theory of Human Development, demonstrating how decisions and values from the macrosystem reverberate through the exo-, meso-, and microsystems, affecting community routines and individual trajectories over time. Methodologically, it is a qualitative analytical-critical essay based on an integrative literature review and thematic analysis of key works. The results indicate that connecting Governmentality and Bioecology offers a promising path toward designing public security policies that are more democratic, inclusive, and sensitive to the multiple dimensions of human development.

Keywords: public security; governmentality; violence prevention; human development.



1. INTRODUÇÃO

A segurança pública no Brasil constitui um dos mais complexos desafios contemporâneos, marcada por níveis elevados de violência letal e pela expansão do controle penal. Em escala global, o *Global Study on Homicide do United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)*, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, aponta que, em 2021, ocorreram aproximadamente 458 mil homicídios em todo o mundo, correspondendo a uma taxa média global de 5,8 por 100 mil habitantes, o que dimensiona a gravidade do problema e situa a América Latina entre as regiões de maior letalidade (UNODC, 2023).

No contexto brasileiro, nas últimas cinco décadas, o país conviveu com níveis alarmantes de violência e encarceramento. Entre 1980 e 2019, registrou-se média anual de 40 mil homicídios, totalizando cerca de 1,5 milhão de vítimas, enquanto a população prisional cresceu mais de 700% no mesmo período (Kopittke *et al.*, 2021). Em 2024, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2025), indicou 44.127 mortes violentas intencionais e taxa de 20,8 por 100 mil habitantes, a menor desde 2012, mas ainda elevada. Do total de vítimas, 91,1% eram homens, 79% pessoas negras e 48,5% jovens com até 29 anos, e mais de 17 pessoas morreram por dia em decorrência de intervenções policiais, conforme a consolidação estatística de Cerqueira e Bueno (2025) e do próprio FBSP (2025). Em diálogo com esses achados, o Atlas da Violência 2025 elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o FBSP, reforça desigualdades persistentes e detalha aprimoramentos metodológicos para captar homicídios não registrados em bases convencionais (Ipea; FBSP, 2025).

A expansão do encarceramento reforça o quadro de controle. Considerando o conjunto da população sob custódia em 2024, entre celas físicas e monitoramento eletrônico, o total superou 900 mil pessoas, com déficit superior a 237 mil vagas e razão aproximada de 1,4 presos por vaga, evidenciando superlotação estrutural e limites da resposta estritamente punitiva. Esses números constam do Relatório Nacional de Informações Penitenciárias (RELIPEN) da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN, 2024) e das sínteses do Anuário 2025. Na chave macroestrutural, Wacquant (2001) e Garland (2001) interpretam a retração de políticas sociais e o adensamento do aparato penal como elementos constitutivos de uma cultura do controle, em que medo, punição e gestão de populações vulnerabilizadas são incorporados às rotinas de governo.

A compreensão desse cenário demanda um olhar histórico sobre os paradigmas que estruturam a política de segurança no país. Freire (2009) identifica a coexistência de três modelos que disputam sentidos e orientações: o paradigma da Segurança Nacional, voltado à defesa do Estado e de matriz militar; o paradigma da Segurança Pública, consolidado na redemocratização com foco na preservação da ordem e o paradigma da Segurança Cidadã, cujas bases são instituídas pela Constituição Federal de 1988 e que se consolida a partir dos anos 2000, ao associar segurança à garantia de direitos

e à integração de políticas sociais. A sobreposição desses paradigmas produz um hibridismo institucional e discursivo que mescla práticas repressivas e iniciativas participativas, revelando tensões entre coerção e cidadania. Em termos de trajetória institucional, tal padrão pode ser lido à luz da noção de dependência de trajetória, segundo a qual escolhas passadas e arranjos herdados condicionam alternativas de política disponíveis no presente (Pierson, 2000).

O conceito de Governamentalidade, formulado por Michel Foucault (2008b), permite compreender essa ambivalência. Governamentalidade designa o conjunto de racionalidades e técnicas por meio das quais o Estado e outros atores conduzem a conduta das populações, administrando a vida mediante saberes, normas e dispositivos que produzem subjetividades e regulam comportamentos. Foucault (1979; 2008a) evidencia que o poder moderno se exerce menos pela coerção e mais pela condução das condutas, articulando vigilância, disciplina e autogoverno. Em diálogo com a agenda de gestão pública, Pires (2016) discute como mecanismos de liderança, estratégia e controle moldam práticas institucionais de segurança, compondo uma gramática gerencial orientada a resultados que modula a ação estatal no cotidiano.

Para integrar dimensões políticas e psicossociais e ampliar o alcance explicativo, propõe-se articular a Governamentalidade foucaultiana com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), formulada por Urie Bronfenbrenner (1996; 2004; 2011). A TBDH concebe o desenvolvimento como produto de interações entre pessoa e ambiente distribuídas em cinco níveis interdependentes, a saber: microsistema, relações diretas e cotidianas; mesossistema, conexões entre esses espaços; exossistema, instituições e políticas que influenciam indiretamente o indivíduo; macrossistema, valores, ideologias e normas sociais; e cronossistema, dimensão temporal e histórica das interações. Essa estrutura evidencia que o comportamento humano é resultado de relações multiestruturais atravessadas por contextos políticos, culturais e institucionais, permitindo seguir como decisões e valores no macrossistema reverberam nos níveis exo, meso e micro, incidindo sobre práticas organizacionais, rotinas comunitárias e trajetórias individuais ao longo do tempo.

Nesse contexto, pretende-se compreender como as racionalidades governamentais, expressas nas políticas e práticas de segurança pública, influenciam a formação de sujeitos e os processos de desenvolvimento humano nos diferentes níveis dos sistemas bioecológicos, revelando a coexistência entre estratégias de controle e iniciativas voltadas à cidadania. O objetivo geral é investigar de que modo tais racionalidades se articulam às dimensões propostas pela Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, afetando o controle social, a produção de subjetividades e a promoção de direitos. Especificamente, busca-se analisar a presença e a disputa de racionalidades militarizadas, disciplinares e cidadãs nas práticas de segurança; articular Governamentalidade e Bioecologia para identificar como valores e decisões do macrossistema reverberam nos níveis meso, exo e micro e avaliar em que medida essa integração teórica pode orientar políticas públicas mais democráticas, inclusivas e sensíveis às múltiplas dimensões do desenvolvimento humano.

Metodologicamente, o estudo é de natureza ensaística e qualitativa, sustentado em revisão integrativa de literatura. O procedimento analítico consiste em examinar obras-chave sobre



Governamentalidade, segurança pública e desenvolvimento humano, estabelecendo conexões críticas entre dimensões políticas e ecológicas que estruturam o fenômeno. A abordagem segue a sistematização metodológica de Severino (2007) e o rigor argumentativo proposto por Demo (2000) na organização e interpretação do corpus teórico. Ao propor esse diálogo entre Foucault (2008b) e Bronfenbrenner (2004), o artigo busca reinterpretar a segurança pública não apenas como dispositivo de contenção, mas como processo de governo e de formação humana inserido em estruturas interdependentes que atravessam Estado, sociedade e cotidiano.

2. ITINERÁRIO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este estudo adota abordagem qualitativa, na forma de ensaio analítico-crítico, com pesquisa documental e revisão integrativa. O ensaio, conforme Severino (2007), estrutura-se em reflexão rigorosa ancorada em referencial consistente para interpretar e problematizar fenômenos sociais; Demo (2000) ressalta seu caráter analítico-crítico; Gil (2008) o situa na pesquisa qualitativa, exigindo postura argumentativa do autor.

A revisão integrativa foi escolhida por adequar-se ao objetivo de articular a Governamentalidade Foucaultiana e a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, permitindo síntese conceitual flexível (em contraste com protocolos rígidos de revisões sistemáticas) (Gil, 2008). As buscas ocorreram nas bases SciELO, *Redalyc*, Periódicos CAPES e *Google Scholar*, entre agosto e outubro de 2025, considerando publicações de 1980 a 2025.

Esse recorte temporal foi definido para contemplar tanto as obras clássicas que consolidaram a Teoria Bioecológica e a noção foucaultiana de governamentalidade nas décadas de 1980 e 1990, quanto as atualizações contemporâneas sobre governança, biopolítica e segurança pública produzidas até 2025. Empregaram-se cadeias com operadores booleanos e aspas: “Governamentalidade” AND “segurança pública”; “Teoria Bioecológica” AND “políticas públicas”; “Bronfenbrenner” AND “desenvolvimento humano”, pesquisadas por título, resumo e palavras-chave, com filtros de período e área quando disponíveis.

Como critérios de inclusão foram utilizados: obras clássicas de Foucault e Bronfenbrenner, artigos revisados por pares que discutem governamentalidade, disciplina/biopolítica, teoria bioecológica, PPCT e segurança pública, capítulos/livros de referência nos temas e textos em português, inglês e espanhol. E como critérios de exclusões: materiais sem fundamentação teórica, textos opinativos sem lastro acadêmico e produções fora dos eixos. Por tratar-se de ensaio, buscou-se corpus representativo, não exaustivo.

A análise ocorreu em três etapas: a) leitura exploratória para triagem de aderência; b) análise temática comparativa dedutivo-indutiva, categorias sensitivas definidas a partir do referencial (governamentalidade, disciplina, biopolítica, processos proximais e níveis bioecológicos) e identificação

de temas emergentes; dois codificadores atuaram independentemente, com conferência cruzada e consenso e c) síntese interpretativa, articulando racionalidades governamentais e processos bioecológicos e explicitando mediações nos níveis macro, exo, meso, micro e crono.

Esse percurso forneceu o corpus teórico e os eixos analíticos que sustentam a discussão, evidenciando mecanismos pelos quais racionalidades de governo informam e são reconfiguradas nos processos proximais ao longo do tempo. Como limitações, não houve coleta de dados empíricos primários e a seleção envolve escolhas interpretativas orientadas pelo problema e pelos eixos.

Com o objetivo de aumentar a auditabilidade do percurso, o processo de identificação, triagem e elegibilidade das fontes foi documentado em uma tabela de seleção. O esquema apresenta as etapas de registros identificados nas bases, registros após remoção de duplicatas, triagem por título e resumo, avaliação de textos completos e inclusão final no corpus teórico. Os números absolutos não são reportados por não se tratar de metassíntese, mas a sequência lógica do processo é explicitada para garantir transparência mínima compatível com a natureza ensaística.

Para facilitar replicação e atualização, o Quadro 1 sintetiza as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão das fontes teóricas utilizadas na revisão integrativa.

Quadro 1 – Etapas do processo de revisão integrativa

Etapa	Descrição da ação	Bases	Resultado(n)
1. Identificação	Busca inicial utilizando as cadeias “Governamentalidade” AND “segurança pública”; “Teoria Bioecológica” AND “políticas públicas”; “Bronfenbrenner” AND “desenvolvimento humano”.	SciELO, Redalyc, Periódicos CAPES, Google Scholar	SciELO-89 Redalyc-35 CAPES-41 G. Scholar-45
2. Remoção de duplicatas	Exclusão automática e manual de registros repetidos entre as bases.	Todas as bases	184 registros
3. Triagem por título e resumo	Leitura rápida para verificar aderência temática e exclusões evidentes.	Todas as bases	120 registros
4. Avaliação de texto completo (elegibilidade)	Leitura integral dos textos selecionados para confirmar critérios de inclusão e exclusão.	SciELO, CAPES, Redalyc	60 textos
5. Inclusão final	Seleção do corpus teórico para análise temática e síntese interpretativa.	Todas as bases	30 obras

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A etapa de análise e discussão baseou-se em 30 obras selecionadas, que compõem o corpus teórico final resultante do processo de revisão integrativa.

3. PARADIGMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: DA REPRESSÃO À CIDADANIA

O uso do termo *paradigma* neste estudo apoia-se na concepção de Thomas Samuel Kuhn (1962), segundo a qual os paradigmas constituem conjuntos de crenças, valores e práticas compartilhadas por uma comunidade científica ou institucional que orientam modos de compreender, investigar e intervir na realidade. Ao ser transposto para o campo da segurança pública, esse conceito

permite reconhecer as rupturas e continuidades que marcam diferentes formas de racionalidade e de prática estatal, desde a doutrina militar e repressiva até a segurança cidadã orientada por direitos. Cada paradigma expressa, assim, uma maneira histórica e socialmente situada de governar condutas e administrar conflitos, refletindo configurações específicas de poder, saber e subjetivação que moldam as políticas e as relações entre Estado e sociedade.

Sob essa perspectiva teórica, a análise dos paradigmas de segurança pública no Brasil permite compreender como diferentes racionalidades históricas configuraram modelos institucionais e práticas de controle.

O elevado índice de criminalidade e o aumento da percepção de insegurança intensificam o debate sobre a efetivação das políticas de prevenção e controle da violência. Para a compreensão dessa dinâmica, é necessário retornar ao histórico das políticas de segurança no país, cujas estruturas foram moldadas de acordo com os contextos institucionais e concepções teóricas que orientaram cada período histórico (Freire, 2009).

Durante o regime militar, entre 1964 e 1985, consolidou-se o paradigma da Segurança Nacional, cujo fundamento teórico e político derivava da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, formulada pela Escola Superior de Guerra (Oliveira, 1976 *apud* Freire, 2009). Essa doutrina definia a segurança como a capacidade do Estado de garantir seus objetivos nacionais, ainda que mediante a supressão de direitos e o uso irrestrito da força. A lógica de defesa do Estado sobrepunha-se às garantias individuais e à soberania popular, legitimando a censura, a perseguição política e a repressão de qualquer manifestação considerada subversiva.

Como explica Freire (2009), o período caracterizou-se pela centralidade das Forças Armadas e pela eliminação de toda ameaça percebida aos interesses nacionais, o que configurou um modelo autoritário de gestão da ordem. Complementarmente, Fonseca, Pereira e Gonçalves (2015) apontam que o inimigo inicialmente externo, associado ao comunismo, foi gradualmente substituído pelo inimigo interno, qualquer cidadão que desafiasse a ordem vigente, evidenciando a transição da defesa nacional para o controle social interno.

Historicamente, no paradigma da Segurança Nacional, o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) materializaram a lógica do inimigo interno. Esse modelo baseou-se na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, elaborada pela Escola Superior de Guerra, que definia a segurança como a capacidade do Estado de garantir seus objetivos nacionais, mesmo mediante a supressão de direitos (Freire, 2009). A criação do SNI e a atuação dos DOPS exemplificam práticas de vigilância e repressão institucionalizadas, nas quais a manutenção da ordem justificava a violação de liberdades civis. Como ressaltam Fonseca, Pereira e Gonçalves (2015), essa lógica consolidou uma estrutura policial centralizadora, hierarquizada e militarizada, cujos traços se perpetuaram mesmo após a redemocratização.

Com o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, emergiu o paradigma da Segurança Pública, definido como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos (Brasil, 1988, art. 144). Esse modelo procurou substituir a lógica de defesa nacional pela preservação da ordem social e pela garantia de direitos, ancorando-se na atuação das forças policiais e na gestão institucional da criminalidade. Embora tenha representado um avanço em relação ao período autoritário, o novo paradigma manteve forte herança das práticas repressivas e da centralidade das corporações policiais como principais executoras das políticas de segurança (Freire, 2009).

No paradigma da Segurança Pública, a Constituição Federal de 1988 redefiniu a segurança como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos (Brasil, 1988, art. 144). Esse período marca a tentativa de institucionalizar uma nova política baseada na legalidade e na proteção dos cidadãos, ainda que mantivesse ênfase no policiamento ostensivo e no controle da criminalidade (Freire, 2009). Nesse contexto, surgiram o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP, 2001) e os Planos Nacionais de Segurança Pública (PNSP), voltados à descentralização de recursos e à formação qualificada de profissionais. Todavia, como observa Soares (2019), as ações implementadas revelaram forte fragmentação federativa e pouca integração intersetorial, reproduzindo práticas operacionais herdadas do período autoritário.

A partir dos anos 2000, consolida-se o terceiro paradigma, denominado Segurança Cidadã, que entende a violência como fenômeno multicausal e propõe respostas que vão além da ação policial. Nesse marco, a segurança é pensada em escala local, associada à ocupação e requalificação dos territórios e à integração de políticas sociais em áreas como saúde, educação, cultura e lazer, com o objetivo de reduzir riscos e fortalecer vínculos comunitários (Freire, 2009; Nunes *et al.*, 2023).

No paradigma da Segurança Cidadã, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), lançado em 2007, sinalizou a inflexão preventiva ao articular políticas sociais de educação, esporte, cultura e juventude em territórios vulneráveis, com governança multinível e cooperação intersetorial (Freire, 2009). Em seu primeiro ciclo, registrou-se a priorização de 94 municípios e um volume de investimento da ordem de bilhões de reais, com foco em juventude e territórios de maior risco (FBSP, 2009). Experiências territoriais como os Centros Comunitários da Paz (COMPAZ), em Recife, traduzem essa lógica de integração de políticas no espaço urbano (Nunes *et al.*, 2023). Em paralelo, programas estaduais de prevenção, como o Pacto pela Vida, em Pernambuco, apresentaram queda expressiva das taxas de homicídio no primeiro ciclo de implementação, e o Fica Vivo! Em Minas Gerais, priorizou a redução de homicídios juvenis nas periferias urbanas a partir de 2003 (Freire, 2009; Ipea; FBSP, 2025).

A coexistência desses arranjos confirma que escolhas pretéritas condicionam trajetórias subsequentes, em linha com a noção de dependência de trajetória (Pierson, 2000). O caso emblemático das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), implantadas no Rio de Janeiro a partir de 2008, evidencia o hibridismo. Conforme analisa Leite (2014), as UPPs propuseram substituir a lógica de confronto pela de proximidade comunitária, mas mantiveram estratégias militares de ocupação territorial e controle armado das favelas, sintetizando discurso de cidadania e racionalidade bélica.

Em síntese, observa-se que a segurança pública brasileira reflete a coexistência de paradigmas em disputa, em que se entrelaçam racionalidades disciplinares e cidadãs, coerção e participação. As políticas aqui mencionadas, do SNI e DOPS aos PNSP e ao PRONASCI, bem como experiências como COMPAZ, Pacto pela Vida, Fica Vivo! e UPPs, indicam que o campo permanece marcado por heranças autoritárias e por esforços de democratização ainda não plenamente consolidados.

Para sintetizar a trajetória e os traços distintivos de cada período, apresenta-se a seguir o Quadro 2, comparativo dos paradigmas de segurança no Brasil.

Quadro 2 – Paradigmas de segurança pública no Brasil: da repressão à cidadania

Paradigma	Contexto Histórico	Racionalidade Predominante	Características Centrais
Segurança Nacional	Regime militar (1964–1985)	Doutrina de Segurança Nacional; inimigo interno; defesa do Estado	Centralização, militarização, uso ampliado da força, supressão de direitos
Segurança Pública	Redemocratização e CF/1988	Racionalidade jurídico-administrativa; ordem e eficiência institucional	Profissionalização policial, planos e fundos, controle penal e policial
Segurança Cidadã	Anos 2000 em diante	Racionalidade cidadã e preventiva; governança multinível	Prevenção social, intersetorialidade, territorialidade, direitos humanos

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em Freire (2009) e Nunes *et al.* (2023).

Embora esses modelos marquem a passagem de uma lógica repressiva para referenciais orientados à cidadania, sua efetivação tem sido tensionada por barreiras institucionais e federativas.

Essa mudança conceitual amplia o alcance das políticas públicas ao enxergar a segurança não apenas como combate à criminalidade, mas como a criação de condições para convivência, participação social e cidadania. Contudo, sua efetivação enfrenta barreiras importantes. Soares (2000) identifica como um dos obstáculos centrais a fragmentação institucional, sendo que, em muitos casos, os órgãos responsáveis pela segurança pública, nas esferas federal, estadual e municipal, atuam de forma isolada ou desconectada, dificultando a formulação e implementação de políticas coerentes e integradas.

Outro obstáculo é a baixa integração interinstitucional, que se manifesta na dificuldade de articulação entre diferentes secretarias, polícias, aparatos de justiça e assistência social, resultando em esforços dispersos, recursos financeiros mal aplicados ou lacunas nas ações. Essas limitações institucionalizadas reforçam a persistência de uma lógica militarizada e obstaculizam a construção de uma segurança pautada em direitos e participação social. Além disso, muitas iniciativas locais acabam combinando ações repressivas com medidas preventivas pontuais, resultando em políticas desarticuladas e de baixo alcance (Freire, 2009). Em síntese, percebe-se que novos referenciais, embora se apresentem como alternativas mais democráticas, ainda enfrentam resistências que reproduzem práticas tradicionais de governança da violência.

Neste cenário, a maior contribuição da Segurança Cidadã está em colocar o cidadão no centro da política, não como mero destinatário, mas como sujeito ativo na construção da segurança coletiva. Contudo, sua efetividade depende da superação de estruturas centralizadoras, fundadas em

paradigmas anteriores, e da consolidação de práticas intersetoriais capazes de enfrentar, de forma integrada, as múltiplas causas da violência (Freire, 2009).

Na prática, percebe-se que esses paradigmas não se sucedem de forma linear. Ao contrário, como observa Pierson (2000), a noção de dependência da trajetória explica como escolhas institucionais anteriores moldam e limitam inovações posteriores. No caso brasileiro, práticas autoritárias permanecem mesmo em contextos democráticos, revelando a força do legado histórico na conformação das políticas.

A análise dos paradigmas de segurança evidencia que as práticas e políticas do setor refletem transformações nas racionalidades de governo. Em cada período histórico, emergem distintos modos de conduzir condutas, gerir populações e regular comportamentos. Essa perspectiva dialoga diretamente com o conceito de Governamentalidade, formulado por Foucault (2008b), entendido como o conjunto de técnicas e saberes que permitem ao Estado exercer o poder não apenas pela coerção, mas pela gestão da vida, orientando a ação dos indivíduos a partir de normas, discursos e dispositivos. Assim, políticas como SNI e UPPs expressam diferentes modos de governo das condutas, seja pela vigilância e punição, seja pela promessa de pacificação e inclusão social.

Ao mesmo tempo, compreender a segurança pública requer um olhar ampliado sobre as interações entre indivíduos, instituições e contextos históricos, o que aproxima essa discussão da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Bronfenbrenner (1996; 2004; 2011). Essa teoria sustenta que o desenvolvimento humano ocorre por meio de interações recíprocas entre pessoa e ambiente, organizadas em níveis interdependentes, microssistema, mesossistema, exossistema, macrossistema e cronossistema. Aplicada ao campo da segurança, essa estrutura permite compreender como decisões políticas, normas culturais e práticas institucionais reverberam nos diferentes níveis da vida social, afetando trajetórias individuais e coletivas.

4. DIÁLOGOS ENTRE GOVERNAMENTALIDADE FOUCAULTIANA E TEORIA BIOECOLÓGICA DE BRONFENBRENNER COMO MARCO ANALÍTICO

A articulação entre Governamentalidade e Teoria Bioecológica permite deslocar a análise da segurança pública de uma visão estritamente institucional para um campo em que se produzem sujeitos, condutas e formas de vida. Em Foucault (1987), o poder é relacional, produtivo e capilar, operando por meio de técnicas, dispositivos e racionalidades que governam a conduta dos indivíduos e das populações. Como registra o autor, “o poder produz; ele produz realidade; produz domínios de objetos e rituais de verdade” (Foucault, 1987, p. 194). Essa concepção desloca o foco da coerção para práticas cotidianas de normalização e vigilância que atravessam instituições, territórios e interações sociais.



Andrade (2010) mostra como debates sobre controle, punição e subjetivação se adensam ao analisar políticas de segurança e administração de conflitos. Barrichello e Moreira (2015) situam a vigilância para além de espaços físicos, destacando que, na ambiência digital, instauram-se formas contínuas e silenciosas de observação, em que o sujeito é simultaneamente vigiado e colaborador do processo. Badouard, Mabi e Sire (2016) denominam esse regime de governamentalidade digital, no qual algoritmos e infraestruturas de dados modulam decisões e comportamentos.

Em chave convergente, Mouhssine e Seffar (2025) argumentam que princípios de programação assumem função normativa emergente na regulação social, enquanto Han (2015) descreve a psicopolítica neoliberal como um governo das subjetividades por meio de incentivos, desempenho e autogestão. Esse conjunto de racionalidades contemporâneas dialoga com o diagnóstico de Garland (2001) sobre a cultura do controle, com ênfase na gestão do risco, responsabilização individual e expansão de dispositivos punitivos.

O conceito de governamentalidade, elaborado por Michel Foucault, expressa a transformação das formas de exercício do poder na modernidade. Diferente do poder soberano, centrado na autoridade e na lei, e do poder disciplinar, voltado à docilização dos corpos nas instituições, a governamentalidade refere-se a uma arte de governar voltada à condução das condutas. Ela envolve um conjunto de técnicas, racionalidades e dispositivos que buscam orientar o comportamento dos indivíduos e das populações, não por meio da coerção direta, mas pela produção de saberes e normas que tornam as pessoas corresponsáveis pela própria sujeição. Assim, governar passa a significar conduzir a liberdade, administrando-a conforme determinados objetivos políticos e econômicos (Foucault, 1987).

Essa nova racionalidade política se consolida com o liberalismo e, posteriormente, com o neoliberalismo, que introduzem uma lógica de governo baseada na economia e na autogestão. O Estado deixa de ser apenas um aparato de dominação para se tornar um gestor da vida coletiva, regulando o espaço social por meio de políticas públicas, estatísticas e dispositivos de segurança. A liberdade torna-se, paradoxalmente, um instrumento de controle, na medida em que os sujeitos são induzidos a agir de forma autônoma dentro dos parâmetros normativos do mercado e das instituições. O governo, portanto, não atua apenas sobre os corpos, mas sobre as condutas possíveis, conformando modos de vida e de subjetividade (Foucault, 1987).

Nessa perspectiva, a governamentalidade está intimamente ligada à biopolítica, isto é, ao poder que tem como objeto a vida das populações. A partir do século XVIII, o foco do poder desloca-se da soberania sobre o território para a gestão da vida biológica — nascimento, saúde, segurança, produtividade e morte. O Estado moderno passa a exercer sua autoridade administrando riscos e promovendo o bem-estar, mas também selecionando quais vidas merecem ser protegidas. Assim, Foucault revela que o poder contemporâneo se exerce menos pela repressão e mais pela normalização: um poder que faz viver e deixa morrer, orientado por uma racionalidade técnica e econômica que molda tanto os indivíduos quanto o coletivo (Foucault, 1987).

Esse conceito, associado à Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner (1996), amplia o debate ao evidenciar que os efeitos das racionalidades incidem de modo interdependente sobre pessoa, processos proximais, contextos e tempo (PPCT). No modelo PPCT, o desenvolvimento humano é resultado de interações regulares e recíprocas entre sujeitos e sistemas ambientais articulados em níveis micro, meso, exo, macro e crono. Barreto (2016) sintetiza esse núcleo teórico ao afirmar que:

Suas teorias compreendem o desenvolvimento como um fenômeno de continuidade e de mudança das características biopsicológicas dos seres humanos. Além de reconhecer a importância dos contextos mais próximos e remotos no desenvolvimento, ele enfatizou tanto a passagem do tempo, os níveis estrutural e funcional da pessoa, quanto o processo das interações organismo e ambiente. Seus estudos asseveram ainda que as relações bidirecionais devem abranger, além das díades, outras pessoas na interação (Barreto, 2016, p. 276).

Assim, o desenvolvimento é um processo contínuo de estabilidade e mudança, no qual fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais se entrelaçam. Em perspectiva ecológica aplicada a contextos de violência, Moreno e Boxer (2025) indicam que a exposição ao risco resulta do entrelaçamento de dimensões políticas, econômicas e relacionais, impactando trajetórias e resiliências em múltiplos níveis. Flynn e Mathias (2023) reforçam que múltiplas violências reconfiguram não apenas o nível individual, mas também vínculos comunitários e arranjos institucionais. Em termos analíticos, os processos proximais do PPCT constituem o terreno microscópico onde racionalidades governamentais se traduzem em rotinas, vínculos e condutas, afetando trajetórias individuais e laços comunitários.

No Brasil, a intersecção entre Governamentalidade e Bioecologia permite compreender a disputa de racionalidades que estruturam a segurança pública. Essas racionalidades se materializam em territórios e rotinas. Leite (2014), ao examinar as UPPs, demonstra que a pacificação constitui uma inflexão na gestão da vida e do conflito nas favelas, sem romper integralmente com a gramática da guerra.

Argumenta que os agenciamentos e dispositivos acionados nas favelas, no campo da ‘pacificação’, constituem uma inflexão nos modos de gestão da vida e de administração de conflitos nessas localidades que, embora incida em alguns aspectos da política de segurança pública praticada nesses territórios desde a década de 1980, não rompe completamente com a noção de ‘guerra’ mobilizada por esta, e sim desloca seu campo de atuação (Leite, 2014, p. 625-626).

Manso e Dias (2017) analisam o PCC como forma paralela de governança que regula comportamentos e conflitos, evidenciando que a ausência estatal é preenchida por outras racionalidades de poder. Feltran (2011) descreve as periferias como espaços de fronteiras morais e políticas em que crime, política e comunidade se entrelaçam, compondo regimes próprios de regulação social.

A partir desse enquadramento, é possível visualizar como diferentes camadas bioecológicas acolhem dispositivos disciplinares, biopolíticos e digitais. No microsistema, rotinas de abordagem e práticas cotidianas configuram práticas de vigilância direta. No mesossistema, as conexões entre família, escola, polícia e mídia reforçam padrões de legitimação. No exossistema, políticas públicas e plataformas de dados modulam decisões à distância. No macrossistema, valores culturais e ideologias sustentam lógicas punitivas ou cidadãs. No cronossistema, transformações históricas reorientam a gestão da vida e do risco. A seguir, o Quadro 3 contribui para visualizar a convergência conceitual.



Quadro 3 – Intersecções entre Governamentalidade e Teoria Bioecológica

Sistema (Bronfenbrenner)	Descrição (Bronfenbrenner)	Correlação com Governamentalidade (Foucault)	Referencial em Violência/Segurança Pública
Microsistema	Interações imediatas, como família, pares, escola, vizinhança.	Práticas disciplinares sobre corpos e condutas em interações diretas (ex.: abordagem policial).	Cenas de violência interpessoal em interações cotidianas.
Mesosistema	Articulação entre diferentes microsistemas (ex.: relação família-escola-comunidade).	Instituições reforçam normas de controle e legitimação da punição.	Instituições sociais reforçando exclusão e práticas punitivas.
Exossistema	Contextos que influenciam indiretamente o indivíduo (mídia, justiça, políticas públicas).	Dispositivos que fabricam subjetividades e difundem discursos de medo.	Mídia e políticas de segurança legitimando o endurecimento penal.
Macrossistema	Valores culturais, crenças e racionalidades históricas que moldam a sociedade.	Cultura do controle (Garland) e penalização da pobreza (Wacquant) no neoliberalismo.	Racionalidades culturais e históricas sustentando políticas repressivas.
Cronossistema	Dimensão temporal e histórica das interações e transformações sociais.	Transformação histórica dos dispositivos de poder e estratégias de governança.	Evolução histórica da violência e adaptação de dispositivos de controle.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em Foucault (1987) e Bronfenbrenner (1996).

O diálogo entre governamentalidade e bioecologia permite compreender que as políticas e práticas de segurança não se reduzem a instrumentos de coerção. Elas integram um ecossistema de poder que interfere em processos proximais, configura arranjos contextuais e imprime marcas temporais nas trajetórias humanas. O diálogo entre Foucault e Bronfenbrenner permite, portanto, reconceituar a segurança pública como campo de disputas de racionalidades com efeitos concretos sobre o desenvolvimento humano.

Esse horizonte analítico sustenta os objetivos deste estudo ao mostrar de que modo valores e decisões situados no macrossistema reverberam nos níveis meso, exo e micro, e como a integração teórica pode orientar políticas mais democráticas, inclusivas e sensíveis às múltiplas dimensões do desenvolvimento.

Para tornar visível essa articulação entre teoria e prática, o Quadro 4 sintetiza como diferentes ações de segurança pública expressam racionalidades governamentais distintas e seus efeitos nos vetores do modelo PPCT.

Quadro 4 – O modelo PPCT aplicado à segurança pública: convergências entre vetores e governamentalidade

Vetor PPCT	Expressão da governamentalidade no campo da segurança pública	Exemplo ilustrativo
Processo	Práticas disciplinares e rotinas operacionais que normalizam comportamentos e conduzem condutas.	Procedimentos de abordagem, patrulhamento e vigilância cotidiana que se tornam hábitos comunitários.
Pessoa	Subjetivação e autogoverno produzidos por discursos de responsabilidade e desempenho.	Autopolicciamento, autoavaliação e conformidade em espaços públicos e digitais.
Contexto	Dispositivos institucionais e tecnológicos que estruturam e regulam modos de agir coletivos.	UPPs, programas de pacificação, políticas de dados e gestão algorítmica da segurança.
Tempo	Transformações históricas nas racionalidades de governo, que redefinem práticas e tecnologias de poder.	Da redemocratização à digitalização do controle, em ciclos de política e de legitimação estatal.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em Bronfenbrenner (1996) e Foucault (2004).

Tal enquadramento fornece arcabouço para a próxima etapa analítica do artigo, em que exemplos concretos (Gestão dos homicídios na periferia, Unidades pacificadoras, e Gestão algorítmica da Segurança Pública), serão examinados à luz do modelo proposto e de sua capacidade de orientar políticas sensíveis ao desenvolvimento humano.

Ao observar a maior metrópole brasileira, São Paulo, identifica-se arranjos em que atores estatais e criminais, em determinados períodos, estabilizam níveis de letalidade por meio de regulações informais e pactos tácitos (Feltran, 2011; Manso; Dias, 2017). Esse dispositivo combina racionalidades de segurança e de mercado, produzindo previsibilidade no uso da violência e administrando o risco e o território. No macrosistema, prevalece a “cultura do controle” e a responsabilização individual, que reforçam a tolerância seletiva à violência em áreas estigmatizadas (Garland, 2001).

No exossistema, diretrizes tácitas e repertórios institucionais moldam condutas e interações; no mesossistema e no microsistema, essas regulações se traduzem em rotinas defensivas, trajetos e códigos práticos incorporados pelos sujeitos para reduzir a exposição ao risco. No modelo PPCT, o Processo manifesta-se nas interações reguladas entre polícia, comércio e redes criminais; a Pessoa emerge na internalização de estratégias de autoproteção; o Contexto aparece nos arranjos locais de controle territorial; e o Tempo nos ciclos de expansão e retração da letalidade.

A experiência das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro foi apresentada como transição de uma gramática de guerra para uma lógica de controle civil, mas, como observa Leite (2014, p. 625-626), tratou-se de uma “inflexão nos modos de gestão da vida e de administração de conflitos [...], sem romper completamente com a noção de guerra”. Essa política combinou dispositivos disciplinares e narrativas de cidadania, reconfigurando valores de ordem e pertencimento urbano.

No macrosistema, redefiniu a noção de segurança; no exossistema, programas sociais e a vigilância contínua estabeleceram uma ambiência de controle; no mesossistema, novas conexões entre escola, polícia e serviços tanto ampliaram direitos quanto reforçaram estigmas; e, no microsistema, a presença policial cotidiana afetou rotinas familiares e usos do espaço. No PPCT, o Processo se evidencia nos encontros repetidos entre moradores e agentes públicos; a Pessoa, na formação do “cidadão sob observação”; o Contexto, nas barreiras e protocolos de controle; e o Tempo, nas fases de instalação, expansão e desgaste das UPPs.

A difusão de plataformas digitais e sistemas de dados, introduziu uma nova racionalidade de governo baseada na programação e na predição algorítmica. Badouard, Mabi e Sire (2016) descrevem formas de governamentalidade digital nas quais a regulação das condutas ocorre por filtragens e ranqueamentos, enquanto Mouhssine e Seffar (2025) apontam que a programação pode ocupar o lugar da legislação, instaurando uma normatividade automática e invisível.

No macrosistema, manifesta-se uma ética de desempenho e eficiência que expressa a racionalidade psicopolítica do neoliberalismo, conforme Han (2015); no exossistema, algoritmos e



sistemas de priorização orientam patrulhamento e definição de pontos críticos; no mesossistema, as relações entre mídia, escola, comunidade e polícia passam a ser mediadas por métricas e reputações digitais; e, no microsistema, indivíduos ajustam condutas em resposta à vigilância constante, inclusive on-line. No PPCT, o Processo expressa as interações com plataformas e aplicativos; a Pessoa, o autopolicamento digital; o Contexto, a institucionalização de protocolos e painéis de dados; e o Tempo, a aceleração das respostas e a sedimentação de perfis de risco.

Quadro 5 – Ações, racionalidades governamentais e efeitos nos vetores PPCT

Ação analisada	Racionalidades predominantes	Incidência bioecológica	Vetores PPCT afetados	Efeitos individuais e coletivos
Gestão do homicídio	Segurança do risco, arranjos informais e controle territorial	Macro, exo, meso e micro	Processo, Pessoa, Contexto e Tempo	Prudência cotidiana, rotinas defensivas e pactos locais de ordem.
Pacificação em favelas	Disciplinarização com narrativa cidadã	Macro, exo, meso e micro	Processo, Pessoa, Contexto e Tempo	Visibilidade estatal, normalização da vigilância e reordenação dos usos do espaço.
Governamentalidade digital	Programação como norma e predição algorítmica	Macro, exo, meso e micro	Processo, Pessoa, Contexto e Tempo	Autopolicamento digital, priorização por risco e possíveis vieses e reforço de desigualdades.

Fonte: Elaborado pelos dos autores (2025), com base em Leite (2014) e Manso e Dias (2017).

Essas três experiências demonstram que a segurança pública brasileira se estrutura como um campo de forças no qual racionalidades distintas coexistem e se sobrepõem, modulando políticas e práticas cotidianas. A governamentalidade atravessa valores do macrosistema, institucionaliza-se em tecnologias e políticas no exossistema, reorganiza trânsitos no mesossistema e produz efeitos diretos sobre rotinas e vínculos no microsistema. A formulação de políticas de segurança, portanto, deve considerar não apenas indicadores de eficiência, mas também sua capacidade de promover desenvolvimento humano e fortalecimento de direitos. Isso implica priorizar processos que ampliem capacidades e vínculos, submeter tecnologias a critérios de transparência e correção de vieses, e alinhar valores de ordem pública a princípios de cidadania, participação e diversidade territorial.

O diálogo entre governamentalidade e teoria bioecológica revela, assim, que uma mesma política pode gerar efeitos opostos conforme o contexto, o desenho institucional e o tempo de maturação. Compreender a segurança pública sob essa lente significa investigar não apenas o que os dispositivos fazem com as pessoas, mas também com os contextos e com o tempo histórico em que se inscrevem, sustentando a análise empírica subsequente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre Governamentalidade e Teoria Bioecológica revelou que a segurança pública brasileira se estrutura como um campo de tensões em que coexistem práticas de controle e esforços de cidadania. Essa constatação reforça que as políticas e instituições não atuam apenas pela coerção, mas moldam comportamentos, produzem subjetividades e influenciam trajetórias de vida em

múltiplos níveis ecológicos. As relações entre pessoa, processo, contexto e tempo evidenciam que as racionalidades de governo não são estáticas: transformam-se conforme as condições históricas, as tecnologias de poder e as experiências coletivas de resistência e de participação.

Ao longo da análise, observou-se que as racionalidades militarizadas e disciplinares ainda exercem influência sobre as práticas de segurança, especialmente quando associadas a políticas de vigilância e controle territorial. No entanto, emergem também racionalidades cidadãs que buscam reconstruir o sentido público da segurança, aproximando-a de valores democráticos e da promoção de direitos. Essa coexistência, embora marcada por contradições, demonstra que o campo da segurança pode ser ressignificado quando visto como um espaço de desenvolvimento humano e não apenas de contenção social.

A integração teórica proposta neste estudo amplia o olhar sobre a segurança pública ao situá-la em uma perspectiva ecológica e relacional. Ao compreender o indivíduo como sujeito ativo em contextos interdependentes, evidencia-se que o desenvolvimento humano e a segurança social são processos complementares. Investir em políticas que favoreçam a confiança, o diálogo comunitário e a cooperação institucional é reconhecer que a estabilidade social depende de vínculos sólidos e da partilha de responsabilidades.

Por fim, entende-se que o percurso aqui traçado abre caminhos para novas investigações e avaliações aplicadas. O caminho entre o controle e a cidadania permanece aberto, exigindo políticas que conciliem eficiência com sensibilidade social, tecnologia com ética, e segurança com humanidade. Futuras pesquisas poderão aprofundar o modelo aqui delineado, testando sua aplicabilidade em contextos empíricos e contribuindo para a consolidação de uma cultura pública de segurança orientada ao desenvolvimento humano integral.



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Daniel Pereira. O legado de Foucault. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 23, p. 428–437, jan./abr. 2010.
- BADOUARD, Romain; MABI, Clément; SIRE, Guillaume. Beyond “Points of Control”: logics of digital governmentality. **Internet Policy Review**, v. 5, n. 3, 2016.
- BARRETO, André de Carvalho. Paradigma sistêmico no desenvolvimento humano e familiar: a teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. **Psicologia em Revista** (Belo Horizonte), v. 22, n. 2, p. 275–293, maio/ago. 2016.
- BARRICHELLO, Eugenia Maria Mariano da Rocha; MOREIRA, Elizabeth Huber. A análise da vigilância de Foucault e sua aplicação na sociedade contemporânea: estudo de aspectos da vigilância e sua relação com as novas tecnologias de comunicação. **Intexto**, p. 64–75, 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- BRONFENBRENNER, Urie. **Making human beings human**: bioecological perspectives on human development. Thousand Oaks: Sage Publications, 2004.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da Violência 2025. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2025.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 18 out. 2025.
- FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **3º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/1f8900da-7ec1-4ed3-a177-21589aed0a0b>. Acesso em: 1 nov. 2025.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2011.
- FLYNN, Kalen; MATHIAS, Brenda. “How Am I Supposed to Act?”: Adapting Bronfenbrenner’s Ecological Systems Theory to Understand the Developmental Impacts of Multiple Forms of Violence. **Journal of Adolescent Research**, v. 40, n. 1, p. 192–225, 2023.

FONSECA, Jeferson A.; PEREIRA, Luciano Z.; GONÇALVES, Carlos A. Retórica na construção de realidades na segurança pública: abordagens dos sistemas de Minas Gerais e São Paulo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 395-422, mar./abr. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612127741>. Acesso em: 01 nov. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977. 236 p. Título original: *L'archéologie du savoir*. Disponível em: https://monoskop.org/images/d/d0/Foucault_Michel_A_Arqueologia_do_Saber_7th_ed.pdf. Acesso em: 01 nov. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2004. Disponível em: <https://archive.org/details/a-hermeneutica-do-sujeito-michel-foucault/A%20Hermen%C3%AAtica%20do%20Sujeito%20-%20Curso%20dado%20no%20Coll%C3%A8ge%20de%20France%20%281981-1982%29.%20Michael%20Foucault%20%5Barquiv%C3%A1vel%5D/mode/2up>. Acesso em: 01 nov. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microf%C3%ADsica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf. Acesso em: 01 de Nov.2025.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978–1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977–1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987. 288 p. Título original: *Surveiller et punir*. Disponível em: https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17637/material/Foucault_Vigiar%20e%20punir%20I%20e%20II.pdf. Acesso em: 01 de Nov.2025.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 3, n. 2, p. 100-114, 2009.

GARLAND, David. **The Culture of Control**: Crime and Social Order in Contemporary Society. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade da transparência**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2024**. Brasília: Ipea/FBSP, 2024.

KOPITZKE, Alberto Liebling; Winogron; RAMOS, Marília Patta. O que funciona e o que não funciona para reduzir homicídios no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 2, p. 414-437, mar./abr. 2021.



KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. Obra original publicada em 1962.

LEITE, Márcia Pereira. Entre a “guerra” e a “paz”: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 625–642, 2014.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Caldeira Nunes. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Caldeira Nunes. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 10-29, 2017. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2017.v11.n2.854>. Acesso em: 8 out. 2025.

MORENO, Franklin; BOXER, Paulo. Advancing a transnational ecological systems framework for research on exposure to violence. **Developmental Review**, v. 76, 101200, 2025.

MOUHSSINE, Soufiane; SEFFAR, Karim. La gouvernamentalité algorithmique: un nouveau paradigme pour la théorie des ressources du droit. **Revue de l'Intelligence Artificielle et du développement territorial durable**, v. 2, n. 01, 2025.

NUNES, Carlos Francisco Oliveira *et al.* Segurança Cidadã – Paradigmas e ocupação territorial no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 14, n. 12, p. 217-251, maio/ago. 2023.

PIERSON, Paul. Increasing returns, path dependence, and the study of politics. **American Political Science Review**, v. 94, n. 2, p. 251-267, 2000.

PIRES, Duarte Raab. **Governança em segurança pública**: mecanismos de liderança, estratégia e controle na Polícia Rodoviária Federal. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24384>. Acesso em: 9 out. 2025.

SENAPPEN. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **RELIPEN – Relatório do 2º Semestre de 2024**. Brasília: SENAPPEN, 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**: segurança pública e direitos humanos. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general**: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. **Global Study on Homicide 2023**. Vienna: UNODC, 2023.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.